

Senado rejeita regras eleitorais propostas pelos deputados

Substitutivo a projeto de lei prevê que o valor para financiamento de campanhas em 2020 seja igual ao de 2018. Proposta retorna agora para nova análise da Câmara

O Plenário aprovou substitutivo de Weverton ao projeto da Câmara que muda o sistema eleitoral. Os senadores decidiram eliminar quase todos os dispositivos considerados polêmicos e manter o valor destinado ao financiamento para as eleições de 2020 igual ao de 2018: R\$ 1,7 bilhão. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que era preciso manter o valor para garantir recursos para as eleições municipais de 2020 com “tranquilidade jurídica”. Vários senadores defenderam a rejeição de todo o projeto para evitar que os deputados retomem teor da proposta original. **3**



O relator, Weverton, com o presidente Davi Alcolumbre, Luiz Fernando Bandeira (Mesa), Rose de Freitas e Tasso Jereissati durante a votação da proposta em Plenário

Reitores temem pela autonomia universitária **7**

Brasil poderá ter semana pelo uso consciente da água **7**

Comissão aprova MP que muda estrutura da Presidência **6**

Governo poderá contratar cubanos, prevê relator de MP **5**

Jane de Araújo/Agência Senado



Romário, Maurício, Dorinha, Flávio Arns e Cebolinha na homenagem

Mauricio de Sousa recebe homenagem por obra inclusiva

O cartunista Mauricio de Sousa foi homenageado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais em reconhecimento às obras e aos personagens voltados à inclusão social. Cerca de 200 crianças e adolescentes de escolas do DF participaram do evento, que reuniu também os personagens Mônica, Cebolinha, Luca, que é

cadeirante e joga basquete, e Dorinha, menina cega inspirada na educadora Dorina Nowill.

Mauricio falou sobre o empenho para retratar cada vez mais a diversidade e a inclusão em suas histórias. Segundo ele, o espírito de amizade e de tolerância sempre estiveram presentes na Turma da Mônica. **2**

Sem acordo, CPI das Fake News apresenta plano, mas não vota

A relatora da CPI mista das Fake News, deputada Lídice da Mata, leu ontem o plano de atividades e a sugestão de criação de três sub-relatorias, mas o texto só será analisado na próxima reunião, devido à obstrução da bancada do PSL. **4**

Diretor do Inpe caiu por quebra de confiança, segundo ministro

Em audiência ontem na Comissão de Meio Ambiente, o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes, disse que o ex-diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais Ricardo Galvão foi exonerado do cargo por quebra de confiança. **5**

Collor preside grupo parlamentar com a Argentina

A comissão executiva do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina foi eleita ontem. O grupo será presidido pelo senador Fernando Collor. A deputada Bruna Furlan será

vice-presidente.

A comissão tomou posse ontem e o grupo votou seu estatuto. Collor disse que o grupo tem o papel de trazer o bom senso às questões entre

os dois países, de modo que as relações bilaterais não sofram qualquer tipo de alteração e “estejam absolutamente defendidas de toda e qualquer interferência”. **5**



Roberto Bosch, Fernando Collor e Elmano Férrer ouvem a deputada Bruna Furlan na sessão de instalação do grupo

Roque de Sá/Agência Senado



Eduardo Gomes, Mônica, Luca, Roberto de Lucena, Romário, Mauricio de Sousa, Flávio Arns, Dorinha e Cebolinha

Senado destaca inclusão na obra de Mauricio de Sousa

Em evento com a participação de crianças com deficiência, senadores disseram que a arte do cartunista é motivo de orgulho para os brasileiros e ajuda todos a lidarem com as diferenças e a superarem preconceitos

CERCA DE 200 crianças encontraram ontem no Senado o cartunista Mauricio de Sousa e alguns personagens de suas histórias em quadrinhos. Em homenagem promovida pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em reconhecimento às obras e aos personagens voltados à inclusão social das pessoas com deficiência, estiveram presentes crianças e adolescentes com deficiência matriculados em escolas públicas do Distrito Federal e em instituições conveniadas com o governo local, além de filhos de colaboradores da Casa.

Participaram do evento os personagens Mônica, Cebolinha, Luca, que é cadeirante e joga basquete, e Dorinha, menina cega inspirada na educadora Dorina Nowill. No evento, Mauricio de Sousa falou sobre o empenho para retratar cada vez mais a diversidade e a inclusão em suas histórias.

Segundo o cartunista, desde o início, o espírito de amizade e tolerância estavam presentes na Turma da Mônica, mas, com o tempo, ele percebeu

que faltava retratar pessoas com deficiência.

— Pessoas com deficiência também têm amigos e gostam de brincar, como toda a turma. Luca, cadeirante, Dorinha, com deficiência visual, Tati, com síndrome de Down, André, dentro do transtorno do espectro autista, e Edu, com distrofia muscular. Todos eles vêm nos ajudando a levar à sociedade o tema da inclusão.

Respeito

Eduardo Gomes (MDB-TO), autor do requerimento para a homenagem, afirmou que o cartunista, por meio de sua arte, ensina os brasileiros sobre os princípios de tolerância, respeito, amizade e amor.

— Essa homenagem vem também como um alerta para que artistas, como o Mauricio de Sousa, tenham condições de desenvolver sua arte e que sejam, mais do que nunca, orgulho para todos os brasileiros — disse o senador.

Para Romário (Podemos-RJ), que preside a CAS, os brasileiros, em geral, têm dificuldade de reconhecer as diferenças,

como as doenças raras e as deficiências. Por isso, segundo ele, o trabalho do cartunista torna-se ainda mais valioso.

— Estão aí o Cebolinha, que troca o “r” pelo “l”, o caipira Chico Bento, outro encanto da garotada, e tantos outros que, apesar das diferenças, têm uma característica em comum: são amigos e se divertem juntos — afirmou.

Estiveram presentes na cerimônia os senadores Elmano Férrer (Podemos-PI) e Flávio Arns (Rede-PR), o secretário-geral da Mesa, Luiz Fernando Bandeira, a diretora-geral, Ilana Trombka, e a diretora da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Érica Ceolin.

O artista plástico Simon Balbo Wernik, que tem síndrome de Down, costuma utilizar os personagens da Turma da Mônica em seus trabalhos. Segundo ele, o Cascão e a Mônica estão entre seus preferidos.

Filha do servidor Andrei Porto, Helena Porto disse que gosta muito de todos os personagens.

— Estou muito feliz porque vou ver o Mauricio — disse.

Major Olimpio comemora rejeição de regras eleitorais

Major Olimpio (PSL-SP) comemorou ontem o acordo entre os líderes partidários que permitiu a rejeição, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de todo o conteúdo do PL 5.029/2019, que modifica as regras do Fundo Eleitoral, à exceção da manutenção do valor do Fundo Especial de Financiamento de Campanha.

De acordo com ele, o projeto oriundo desse acordo, que foi aprovado pelo Plenário, está em sintonia com os anseios da sociedade brasileira.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Item pode fazer valor aumentar, diz Arolde de Oliveira

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) manifestou-se ontem contra o aumento de recursos do Fundo Eleitoral.

Apesar de destacar o acordo que rejeitou, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o PL 5.029/2019, ele alertou, antes da votação em Plenário, para a possível manutenção de dispositivo que abre espaço para que, na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o aumento não tenha limites.

— A questão permaneceu no projeto, abrindo espaço para que na LDO se possa aumentar sem limite, sem teto.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Oriovisto critica texto que mudaria Fundo Partidário

Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) criticou ontem, antes da votação em Plenário, o Projeto de Lei (PL) 5.029/2019, que trata de mudanças na legislação eleitoral e no Fundo Partidário. A tentativa de recriação do programa de propaganda partidária gratuita e o aumento do valor a ser repassado para o Fundo Eleitoral também foram alvos da crítica do senador.

— Aqui está a safadeza desse projeto. Estabelece que seria de 30% do valor das emendas. Isso aumenta brutalmente o valor dos Fundos Eleitoral e Partidário.



Waldemir Borreto/Agência Senado

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar será instalado

Será instalado amanhã o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado. O anúncio foi feito ontem pelo presidente da Casa, Davi Alcolumbre, em Plenário.

A pedido do senador, os líderes partidários fizeram as indicações dos nomes para o conselho, composto por 15 integrantes.

— Era uma cobrança da sociedade. Só que eu não poderia instalar um Conselho

de Ética se não tivesse as indicações. Tenho informações de que há representações que precisam ser apresentadas no conselho. Querem o funcionamento para poder fazer ele trabalhar — disse.

O conselho recebe e analisa previamente representações ou denúncias contra senador, que podem resultar em medidas como advertência, censura verbal ou escrita e perda do mandato.

Inaugurada galeria com fotos de 19 primeiros-secretários

O Senado inaugurou ontem, no segundo andar do edifício do Interlegis, a Galeria de Primeiros-Secretários, com 19 retratos dos senadores que ocuparam o cargo a partir de 1979.

Atual primeiro-secretário da Casa, Sérgio Petecão (PSD-AC) disse que a iniciativa é o reconhecimento da contribuição que todos deram ao Senado.

— Esse gesto expressa o carinho a essas pessoas que, de forma direta ou indireta, ajudaram a contribuir para que o Senado Federal fosse a instituição que é: uma instituição forte, importante

na conjuntura política e democrática do país — afirmou o senador.

Os ex-senadores Júlio Campos (1993-1995), Efraim Moraes (2005-2009), Cícero Lucena (2011-2013) e Flexa Ribeiro (2013-2015) participaram da inauguração.

Odacir Soares (1995-1997), que morreu na semana passada, foi representado por sua viúva, Odaléa Sadeck Soares, e Vicentinho Alves (2015-2017), por seu filho, o deputado federal Vicentinho Júnior (PL-TO).

Desde 1830, já ocuparam o cargo 37 senadores.



Deputado Vicentinho Júnior e senador Sérgio Petecão na inauguração

Antonio Pinheiro/Comunicação Interna

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



CDR Agricultura familiar

9h Entre 7 itens, o PLS 8/2012, sobre distribuição dos recursos da agricultura familiar.

CAS Suicídio e automutilação

9h30 Pauta de 17 itens. Às 10h30, audiência para debater a automutilação e o suicídio.

CCJ Procurador-geral da República

10h A MSF 53/2019, que indica Augusto Aras, é um dos 26 itens.

CCT Propriedade cruzada

10h O PL 3.832/2019, que permite propriedade cruzada em telecomunicações. é um dos 18 itens.

CRA Polinização

11h Debate sobre animais polinizadores.

CDH Previdência social

14h Debate da Frente Parlamentar em Defesa da Previdência Social.

CMA Desastres ambientais

14h Entre 7 itens, o PL 2.787/2019 que tipifica crime de desastres ambientais.

PLENÁRIO Sessão deliberativa

14h Na pauta, a PEC paralela da Previdência.

CMCVM Relatório

14h30 Relatório de atividades.

CMMC Fundo Amazônia

14h30 Debate sobre o Fundo Amazônia com representantes do Ministério do Meio Ambiente, do BNDES e do Instituto Democracia e Sustentabilidade.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das

sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/integraPlenario>



Confira a íntegra das

sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/integraComissoes>



Plenário altera projeto eleitoral, que volta à Câmara

Com acordo entre líderes, senadores confirmaram ontem decisão da CCJ que eliminou praticamente todos os dispositivos da proposta, entre eles o aumento do Fundo Eleitoral para as eleições de 2020

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem substitutivo de Weverton (PDT-MA) ao projeto da Câmara que muda o sistema eleitoral (PL 5.029/2019). Os senadores confirmaram a decisão tomada mais cedo pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de eliminar quase todos os dispositivos do texto recebido dos deputados e de não aumentar os recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (Fundo Eleitoral) para as eleições de 2020, mantendo o mesmo montante de 2018, ou seja, R\$ 1,7 bilhão. A proposta agora volta para a Câmara dos Deputados.

No Plenário, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS), disse que o Senado estava usando de sua prerrogativa de “retirar qualquer possível excesso que venha da Câmara”.

— Mostramos que estamos aqui para servir ao povo, não para nos servir. Espero que eles aprendam a lição, nós somos uma casa revisora, não uma casa carimbadora.

Acordo

O substitutivo foi o apresentado pelo relator após acordo com os líderes partidários em reunião mais cedo com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Apesar do acordo, diversos senadores criticaram o substitutivo porque, como se trata de emenda a proposta da Câmara, o texto terá que voltar àquela Casa. Pela Constituição, apenas a rejeição da proposta original levaria o projeto ao arquivo, impedindo os deputados de restaurar o texto.

Entre os senadores que se manifestaram pela rejeição pura e simples da proposta original dos deputados estavam Antonio Anastasia (PSDB-MG), Reguffe (Podemos-DF), Randolfe Rodrigues (Rede-AP), Fabiano Contarato (Rede-ES), Plínio Valério (PSDB-AM), Rodrigo Cunha (PSDB-AL), Styvenson Valentim (Podemos-RN), Lasier Martins (Podemos-RS), Major Olimpio (PSL-SP), Juíza Selma (PSL-MT), Soraya Thronicke (PSL-MS), Luis Carlos Heinze (PP-RS), Jorginho Mello (PL-SC) e Oriovisto Guimarães (Podemos-PR).

Jorge Kajuru (Patriota-GO) afirmou ter medo de a Câmara “voltar com tudo” que foi retirado do texto. Já Randolfe disse que o Senado está fazendo o que a sociedade espera.

— Caberá à sociedade brasileira agora fiscalizar a Câmara.



Girão, o relator, Weverton, Randolfe, Davi Alcolumbre e Bandeira na sessão

Eduardo Girão (Podemos-CE) cobrou respeito à decisão dos senadores.

— Espero que a Câmara não dê as costas à sociedade mudando o que foi feito aqui.

Contarato também alertou para o risco de os deputados retomarem o projeto original.

Eliziane Gama (Cidadania-MA) disse que o texto da Câmara continha retrocessos, e Humberto Costa (PT-PE) lamentou que o acordo tenha retirado do texto não só os pontos ruins, mas também alguns itens bons.

Eduardo Braga (MDB-AM) disse que em 2020 haverá 15 mil candidatos a prefeito e mais de cem mil a vereador. Para ele, sem o financiamento público, os partidos grandes e os candidatos ricos teriam vantagem.

Alessandro Vieira (Cidadania-SE) afirmou que o projeto original reduzia a transparência e a fiscalização dos partidos.

Já para Marcelo Castro (MDB-PI), o Brasil tem o sistema eleitoral mais atrasado do mundo e o texto da Câmara poria em risco vários avanços conquistados.

Leila Barros (PSB-DF) disse duvidar que a Câmara respeite a decisão do Senado, assim como Telmário Mota (Pros-RR), que declarou temer que os deputados restaurem o texto original. Para Otto Alencar (PSD-BA), o Senado fez uma revisão do projeto da Câmara sintonizado com os interesses da sociedade.

Proposta original

O texto da Câmara previa exceções ao limite de gastos de campanhas, novos critérios de inelegibilidade e o retorno da propaganda partidária semestral, além de alterar as regras de gestão de partidos políticos.

A proposta ainda permitia novos usos para os recursos do Fundo Partidário, como o pagamento de contadores e advogados para defender candidatos em processos judiciais

e administrativos relacionados a eleições, ao exercício de mandato e a inelegibilidade; de passagens aéreas a não filiados ao partido para congressos, reuniões, convenções e palestras, segundo critérios próprios da agremiação. Alterava também regras relativas à prestação de contas partidária.

Fundo Eleitoral

Mesmo mantido pelos senadores, o valor do Fundo Eleitoral, de R\$ 1,7 bilhão, ainda terá de ser incluído na Lei Orçamentária Anual para 2020. O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Marcelo Castro (MDB-PI), disse que fará de tudo para que o acordo seja respeitado, mas cobrou empenho também dos líderes partidários para convencer deputados e senadores.

Presidência

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, disse que era preciso manter o valor do Fundo Eleitoral para garantir recursos para as eleições municipais de 2020 com “tranquilidade jurídica”.

— Eu sempre manifestei, desde a semana passada, quando essa matéria chegou ao Senado, a minha aflição em ver [no] ano que vem 5.570 prefeitos e 57 mil vereadores eleitos terem de ficar o mandato todo respondendo judicialmente para apresentar de onde conseguiram recursos para as suas campanhas. Então, o que falta é as pessoas falarem a verdade com os brasileiros para que eles compreendam que cada um tem o seu juízo de valor e a sua consciência na hora do voto. Entendam que para fazer e manter a democracia é necessário sim, pagarmos um preço. E esse preço foi escolhido pela legislação que seria através de financiamento público.

Davi disse acreditar que o Congresso e a CMO garantirão a manutenção do valor.

Senadores aprovam indicadas a conselho do Ministério Público

O Plenário aprovou ontem as indicações das advogadas Fernanda Marinela de Sousa Santos e Sandra Krieger Gonçalves para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) com mandato de dois anos. Ambas foram indicadas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Fernanda de Sousa Santos representa Alagoas no conselho e também coordena a comunicação da instituição. Entre 2016 e 2018 foi presidente da seccional alagoana da OAB. É presidente e fundadora do Instituto Cultural para a Difusão do Conhecimento Jurídico (Injur), em Maceió, e professora no Instituto LFG. Também lecionou na Universidade Federal da Bahia e na Fun-

dação Escola do Ministério Público do Estado de Alagoas e ministrou cursos em tribunais.

Santa Catarina

Já Sandra Gonçalves representa Santa Catarina no conselho e atua como representante da OAB junto ao CNMP desde setembro de 2017. Ela é formada em direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, com doutorado pela Universidade do Vale do Itajaí. É professora na Universidade Regional de Blumenau, fundadora do Instituto de Direito Administrativo de Santa Catarina e também atua na advocacia privada. Já foi procuradora-geral do município de Blumenau (SC) e da Câmara Municipal da cidade.

Reguffe critica projeto que altera regras eleitorais e de partidos

Reguffe (Podemos-DF) repudiou ontem, antes da votação, o PL 5.029/2019, que altera regras eleitorais e de partidos políticos. Para ele, a proposta não serve ao cidadão de bem.

— Num país que não consegue dar conta da saúde, com pessoas em macas nos corredores dos hospitais, com pessoas amontoadas nas emergências dos hospitais públicos, sentindo dor, o país vai gastar R\$ 3,7 bilhões com o fundo público de campanha. E num passe de mágica passou de R\$ 1,7 bilhão para R\$ 3,7 bilhões.

Alvaro é contra votação de projetos que mudam regras a cada eleição

Alvaro Dias (Podemos-PR) celebrou ontem, antes da votação, o acordo de líderes partidários do Senado que permitiu a rejeição de quase todo o teor do Projeto de Lei (PL) 5.029/2019, aprovado na Câmara dos Deputados, que trata de mudanças na legislação eleitoral e no fundo partidário.

— O que constantemente somos levados a discutir são projetos parciais que dizem respeito ao processo eleitoral mais próximo. É uma tentativa de superar impasses diante da próxima eleição. Isso não satisfaz. Isso não atende ao reclamo do povo brasileiro por uma nova fase na política do país — afirmou o senador.

Kajuru: proposta dos deputados legalizaria o caixa dois

Jorge Kajuru (Patriota-GO) criticou ontem, antes da votação, o PL 5.029/2019, que altera o sistema eleitoral. Para ele, a proposta aprovada “em tempo recorde” pelos deputados reduziria o controle e a transparência do uso de recursos públicos e dificultaria punições a quem cometesse irregularidades.

— Além dos gastos advocatícios e com contabilidade, são permitidos pagamentos de multas eleitorais e compra de sedes partidárias e de passagens aéreas para não filiados, [...]. Tudo com dinheiro público!

Girão queria rejeição para que texto não fosse devolvido

Na opinião de Eduardo Girão (Podemos-CE), a proposta de lei eleitoral vinda da Câmara acabaria com a transparência exigida dos partidos políticos no uso do dinheiro do Fundo Partidário. Antes da votação da proposta pelo Plenário, ele comemorou o engajamento da população contra o projeto.

— Nós vamos ter a hora da verdade desse projeto cheio de defeitos e que, por mim, será rejeitado na íntegra. Não precisa nem voltar, porque, se esse projeto dos partidos políticos voltar para a Câmara dos Deputados, a última posição vai ser deles. Então, espero que esse projeto morra aqui — defendeu o senador.

Sistema de economia solidária vai ao Plenário

Aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, proposta da Câmara que regula o setor no país deve seguir para sanção presidencial, se tiver o aval dos senadores

A COMISSÃO DE Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem um projeto que cria a Política Nacional de Economia Solidária (PNES), o Sistema Nacional de Economia Solidária (Sinaes) e o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários e regula esse setor. O PLC 137/2017 segue agora para votação no Plenário do Senado.

Entre as diretrizes e objetivos definidos na PNES, estão a gestão democrática, a livre adesão, a prática de preços justos, a cooperação, a justa distribuição dos resultados e a transparência e a publicidade na gestão dos recursos dos empreendimentos.

A proposta foi aprovada em forma de substitutivo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O mesmo texto já havia sido aprovado na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR), com emen-

das. A CAE, ao aprovar o voto do relator Jaques Wagner (PT-BA), acatou as modificações das duas comissões anteriores.

Para o senador, o projeto preenche uma importante lacuna no ordenamento jurídico-econômico ao normatizar a economia solidária, o que implicará maior aceitação social dos empreendimentos dessa parcela da economia.

Reconhecimento

Wagner, que também relatou o projeto na CDR, informa que há mais de 19 mil empreendimentos desse tipo no país, segundo o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies). “Portanto, é relevante que o Estado reconheça legalmente a existência das organizações da economia solidária e, mais que isso, empenhe-se na implementação de políticas públicas destinadas a fomentá-las”,

afirma em seu relatório.

Para ele, o Legislativo acerta ao definir, para fins legais, a economia solidária e criar uma política nacional destinada a formular e implementar planos e ações “com o objetivo de estimular esse importante arranjo social”.

Para entrar na PNES, o empreendimento deve estar alinhado às diretrizes da PNES e

ter seus membros diretamente envolvidos nas suas atividades. Também deve reinvestir lucros em sua própria atividade ou para auxiliar outros empreendimentos equivalentes que estejam em situação precária.

Os recursos também poderão ser investidos no desenvolvimento comunitário ou na qualificação profissional e social dos integrantes.

O Sinaes será responsável pela implementação, acompanhamento e avaliação da PNES. A iniciativa ainda cria o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários.

Sistema

Integrarão o Sinaes: a União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas), a Conferência Nacional de Economia Solidária, o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), e os órgãos da administração pública federal, estadual, distrital e municipal de economia solidária.

Também serão integrantes as organizações da sociedade civil e empreendimentos econômicos solidários, os conselhos estaduais, municipais e distrital de economia solidária e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).



Wagner disse que o texto trará aceitação social dos empreendimentos

Pedro Franco/Agência Senado

Especialistas defendem mudanças tributárias

Mudanças na tributação da renda, do consumo e do trabalho foram debatidas ontem na Comissão de Direitos Humanos (CDH), na primeira audiência do ciclo de debates sobre reforma tributária.

Foi discutida a PEC 110/2019, que prevê a extinção de diversos impostos federais, estaduais e municipais. No lugar, cria um imposto sobre bens e serviços (IBS), de competência estadual, e um tributo sobre bens e serviços específicos (Imposto Seletivo), federal.

O auditor da Receita Federal Carlos Henrique de Oliveira lembrou que o recolhimento da Guia da Previdência Social (GPS), sozinho, arrecada R\$ 400 bilhões, e supera o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) de pessoas jurídicas e físicas, com R\$ 360 bilhões.

Para o auditor da Receita Pedro Delarue, o Brasil tributa

excessivamente o consumo e pouco a renda. Ele destacou que o contribuinte que recebe acima de R\$ 4.665 paga 27% de Imposto de Renda, mas o empresário, sócio ou acionista que ganha R\$ 5 milhões é isento.

— Seria para não haver dupla tributação, mas pessoas física e jurídica não se confundem.

Vanderlan Cardoso (PP-GO)

defendeu políticas claras, segurança jurídica e qualificação profissional.

Zenaide Maia (Pros-RN) pediu a regressão da cobrança para quem tem menos.

— O imposto que pago pela lata de leite em pó com salário de senadora é o mesmo que paga quem recebe salário mínimo e leva o sistema nas costas.



Paulo Paim (3º à esq.) comanda debate a respeito da reforma tributária

Geraldo Magela/Agência Senado

Comissão de Orçamento aprova créditos adicionais ao Executivo

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou ontem dois projetos de lei do Executivo abrindo créditos suplementares, que seguirão para análise em sessão conjunta do Congresso Nacional, em data ainda a ser marcada. O primeiro (PLN 19/2019) prevê R\$ 177

milhões para três ministérios (Justiça e Segurança Pública, Saúde e Desenvolvimento Regional). O relator, deputado Marx Beltrão (PSD-AL), recomendou a aprovação.

O segundo (PLN 14/2019) prevê R\$ 31,5 milhões para diversos órgãos do Executivo.

Da Agência Câmara

Comissão da antecipação do 13º pelo INSS define planejamento

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 891/2019, presidida por Sérgio Petecão (PSD-AC) aprovou ontem o plano de trabalho. O relator, deputado Fernando Rodolfo (PL-PE), disse que o relatório final deve ser apresentado em

outubro. O plano de trabalho prevê uma única audiência pública.

A MP 891 determina que metade do 13º salário dos segurados e dependentes da Previdência Social será paga anualmente junto com os benefícios do mês de agosto.

Jayme Campos quer fundo contra o desmatamento

Jayme Campos (DEM-MT) apresentou ontem projeto que destina recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento (PL 5.098/2019).

— Espero contribuir para o fortalecimento das instituições dos entes federados, que atuam na área da preservação e monitoramento, a exemplo do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta aos Desastres Naturais e das brigadas de incêndio dos estados e municípios da Amazônia Legal.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wagner celebra os 69 anos de refinaria baiana

Jaques Wagner (PT-BA) celebrou ontem o aniversário de 69 anos da Refinaria Landulpho Alves, localizada em São Francisco do Conde (BA). O senador ressaltou que a fábrica é considerada a maior do setor em extensão e a segunda que mais produz.

— Esse conglomerado que hoje completa 69 anos revolucionou a economia da Bahia e de Sergipe, inicialmente, e a do Brasil a seguir. [...] Por isso, eu quero aqui saudar não apenas o engenheiro baiano Landulpho Alves, mas todos aqueles que ao longo desses 69 anos construíram a história exitosa desta que, repito, é a segunda maior refinaria do país e das mais diversificadas.

Zequinha: Pará perde R\$ 40 bi com Lei Kandir

Zequinha Marinho (PSC-PA) manifestou-se ontem em Plenário sobre as dificuldades financeiras enfrentadas pelos estados exportadores de commodities, principalmente o Pará, que acumula déficits econômicos por não receber a contrapartida da União prevista pela Lei Kandir

— O meu estado foi penalizado significativamente — R\$ 40 bilhões. Dá praticamente para implementar o dobro da infraestrutura que o Pará tem hoje. Nós teríamos um estado bem melhor — lamentou o senador.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Otto culpa governo federal por queimadas

Otto Alencar (PSD-BA) acusou ontem o governo Bolsonaro de estimular as queimadas que têm destruído a Floresta Amazônica. O senador disse que o governo é responsável por uma crise ambiental que assola o país. Ele lembrou que as políticas para mitigar mudanças climáticas e para garantir a preservação ambiental são dever do Estado.

— Houve complacência daqueles que fiscalizam o desmatamento da Amazônia, num crime ambiental sem precedentes na história do Brasil, quando se destruiu parte da Floresta Amazônica. E isso vai continuar — afirmou, apontando uma grande diminuição da lâmina d'água na região amazônica.



Deputado Antonio Brito, relator-revisor, Confúcio, relator, e deputado Ruy Carneiro, presidente da comissão

Relator propõe contratação direta de médicos cubanos

Relatório de Confúcio Moura, que cria regra de transição entre programas de saúde que atendem regiões mais pobres e remotas do país, terá vista coletiva antes da votação pela comissão mista da MP

O RELATOR DA medida provisória que criou o Programa Médicos pelo Brasil, senador Confúcio Moura (MDB-RO), acolheu em seu parecer uma regra “excepcional e transitória” para admissão direta de médicos cubanos pelo Ministério da Saúde, na condição de intercambistas, sem intermediários. O projeto de lei de conversão apresentado pelo senador acolheu 113 emendas à MP 890/2019. Após pedido de vista coletiva, o texto voltará a ser discutido na terça-feira.

Confúcio destacou a grande demanda pela incorporação dos profissionais cubanos remanescentes do Mais Médicos, programa anterior. O senador ratificou em seu texto a per-

manência do Mais Médicos como programa destinado a recepcionar profissionais com diplomas estrangeiros não revalidados no Brasil, funcionando paralelamente ao Médicos pelo Brasil “até que o novo modelo consiga equalizar o problema do provimento de médicos nas localidades carentes”.

O relatório acrescenta que a “situação sensível” dos profissionais formados no exterior será resolvida com regras mais efetivas para validação de diplomas por meio do Revalida. Mantidos os termos originais da MP, o exame passará a ser aplicado semestralmente, nas etapas de exame escrito e de habilidades clínicas — esta

poderá ser aplicada em instituições de ensino com cursos de medicina aprovados pelo poder público.

Confúcio rebateu os argumentos contrários à criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), entidade destinada à gestão do Médicos pelo Brasil. Ele lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou a favor da criação de agência dessa natureza de por meio de MP, “submetida a regime jurídico de direito privado, afastando-se as regras ordinárias de licitação para a contratação de bens e serviços, bem como para a contratação de pessoal por meio do regime celetista”.



Bruna Furlan, Roberto Bosch, Collor e o senador Elmano Férrer participam da posse do colegiado brasileiro

Fernando Collor presidirá Grupo Brasil-Argentina

Foi eleita e tomou posse ontem a comissão executiva do Grupo Parlamentar Brasil-Argentina, que será presidido por Fernando Collor (Pros-AL) e terá a deputada Bruna Furlan (PSDB-SP) como vice-presidente. Também foi aprovado o estatuto do colegiado.

Collor disse que o grupo tem o papel de fazer a boa política e trazer o bom senso às questões entre os dois países. Para ele, os laços entre Brasil e Argentina transcendem as relações entre governos.

— Acima de questões eventualmente pessoais que se coloquem nas relações Brasil-Argentina, encontra-se algo muito mais importante que é o entendimento entre as duas principais nações da América do Sul — disse o senador.

Ele lembrou que a Argentina é o terceiro parceiro comercial

do Brasil e o maior parceiro no setor de manufaturados. Também destacou o papel da comissão para que sejam discutidos e superados os entraves que atrapalham o avanço das negociações no âmbito do Mercosul. E disse que esse trabalho deverá ser feito em conjunto com um grupo semelhante que está sendo formado no Parlamento argentino.

Collor informou que o Senado do país vizinho já aprovou um projeto de lei que cria uma comissão bicameral permanente de integração bilateral e cooperação entre as duas nações. No momento, a proposta está em discussão na Câmara dos Deputados argentina.

— Cabe a nós, juntamente com os integrantes do Congresso argentino, trabalhar para superar essas dificuldades em prol do nosso desenvolvimento

inclusivo e duradouro.

Na instalação da comissão, o encarregado de negócios da embaixada da Argentina no Brasil, ministro Roberto Bosch, agradeceu a iniciativa do Congresso brasileiro e reforçou a importância dos grupos parlamentares que estão se formando nos dois países.

— Trocaremos iniciativas em questões aduaneiras, sanitárias, fitossanitárias e demais assuntos bilaterais — afirmou.

Parceria

O grupo parlamentar foi criado em 2016. De acordo com o Itamaraty, o comércio entre os dois países alcançou a cifra de US\$ 26 bilhões em 2018. Um dos setores mais beneficiados com a parceria é o automotivo, que gera efeitos diretos em diversos campos, como mineração, petróleo e gás.

Subcomissão da Usina de Belo Monte aprova plano de trabalho

A subcomissão temporária da Usina de Belo Monte aprovou o plano de trabalho para o ano de 2019, que foi apresentado ontem pelo relator, senador Lucas Barreto (PSD-AP). Dois requerimentos também foram aprovados.

O plano de trabalho propõe a avaliação do cumprimento do Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu (PA), e a análise do programa de infraestrutura nas aldeias e dos condicionantes sociais previstos no licenciamento. Também sugere fiscalizar as condições das populações adjacentes ao empreendimento. A subcomissão, que é presidida por Zequinha Marinho (PSC-PA), propõe ainda a apresentação de medidas que possam ser adotadas para o melhor cumprimento da atividade fiscalizatória pelo Senado.

Lucas Barreto afirmou que, a partir do plano de trabalho, a subcomissão poderá garantir a compensação social e

ambiental das comunidades de Belo Monte.

Zequinha afirmou que a legislação precisa ser refeita e reorganizada.

— Além de você produzir, ser impactado ambientalmente e socialmente, ainda paga o transporte para levar para um outro estado, onde fica todo o ICMS — disse.

O senador ainda sugeriu que a subcomissão ouça as comunidades que foram atingidas pelas obras, e afirmou que os trabalhos não foram feitos diretamente pelo consórcio, e sim por empresas terceirizadas.

A subcomissão aprovou a realização de diligência externa em Altamira (PA) com a finalidade de fiscalizar a usina. Foi aprovada ainda a realização de audiência para debater o cumprimento dos condicionantes do licenciamento da hidrelétrica. Os requerimentos aprovados serão encaminhados à Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

Fundo poderá ser usado para ampliar cobertura celular

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem projeto de lei que visa garantir a cobertura do sinal de telefonia celular em 100% dos distritos brasileiros com população superior a mil habitantes. O texto segue para a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

O PLS 222/2017, do senador Jader Barbalho (MDB-PA), possibilita a utilização dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) na massificação de serviços prestados em regime privado. O texto também garante o financiamento da implantação e a operação da infraestrutura.

Segundo Jader, as regras hoje em vigor não obrigam as operadoras a implantar o sinal na totalidade dos distritos que integram sua área de prestação, restringido a oferta, principalmente, nas sedes municipais, explica.

“Parte considerável das localidades mais distantes das sedes dos municípios, como áreas rurais, distritos, vilas e comunidades da região amazônica, seguem absolutamente isoladas, sem qualquer contato telefônico”, justifica. Com a liberação dos recursos, as prestadoras de telefonia terão prazo de 180 dias para que tornem a cobertura de sinal acessível a essas localidades.

O relator, Otto Alencar (PSD-BA), é favorável ao texto, ao qual apresentou três emendas. A primeira esclarece que somente os serviços de telecomunicações de interesse coletivo, explorados em regime público ou privado, poderão se beneficiar dos recursos. A segunda observa a regra da mínima intervenção do poder público, e a terceira busca deixar consignado que a ampliação de cobertura estabelecida será financiada parcialmente com recursos do fundo.



Uma das emendas de Otto restringe intervenção do poder público

CPI das Fake News apresenta cronograma, mas adia votação

A relatora, Lídice da Mata, leu ontem na comissão mista o plano de atividades, mas devido à obstrução parlamentar, houve falta de quorum e o texto da senadora só deve ser analisado na próxima reunião

APÓS UM PROCESSO obstrutivo intenso da bancada do PSL, com debates acalorados e manobras regimentais que atrasaram o andamento da reunião, a relatora da CPI Mista das Fake News, deputada Lídice da Mata (PSB-BA), leu o plano de trabalho das atividades da comissão de inquérito. Entretanto, o documento não chegou a ser votado ontem pelos deputados e senadores.

Além de definir datas e temas a serem explorados a cada reunião, a relatora sugeriu a criação de três sub-relatorias: o *cyberbullying* e os crimes de ódio, a proteção de dados no contexto das fake news, e aliciamento de crianças e outros vulneráveis. Cabe ao presidente da CPI mista, senador Angelo Coronel (PSD-BA), indicar os relatores parciais. Quem deve assumir a de *cyberbullying* é Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Lídice sugeriu no texto temáticas a serem abordadas durante o funcionamento da CPI: conceituação e delimitação das *fake news* e seus impactos na sociedade; *cyberbullying*; aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; consequências econômicas da produção e



CPI para investigar notícias falsas tem Lídice relatora e Coronel presidente

disseminação das notícias falsas que atentam contra a democracia no mundo; e esquemas de financiamento, produção e disseminação de *fake news* com o intuito de lesar o processo eleitoral, entre outras. No entanto, salientou haver espaço para alterações, a partir das sugestões dos integrantes.

Debates

Para as discussões, serão convidadas pessoas com múltiplas visões sobre o assunto: especialistas, acadêmicos, membros do governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais e outros que se mostrem necessários, frisou Lídice.

Devido à obstrução parlamentar, houve falta de quorum para votar o plano de trabalho, e Coronel encerrou a reunião.

A vice-líder do governo na Câmara, deputada Bia Kicis (PSL-DF), alegou que o objeto de investigação da comissão tem vícios de origem e a comissão será politizada, de forma a atacar o governo, o que a base buscará impedir.

Os parlamentares da oposição questionaram por que a bancada do governo teme o avanço da investigação, quando na verdade esta é, segundo eles, a oportunidade para averiguar crimes orquestrados na internet profunda (*deep web*), como os que levaram ao massacre de Suzano (SP), em março deste ano, e outras ameaças, e indução a atos de suicídio.

Comissão da MP do Coaf aprova plano de trabalho

A comissão mista que analisa a Medida Provisória 893/2019 se reuniu ontem para debater e votar o plano de trabalho proposto pelo relator, o deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR).

A MP 893 transforma o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) na Unidade de Inteligência Financeira (UIF), vinculada administrativamente ao Banco Central.

Segundo o plano aprovado, serão três audiências públicas

e convidados representantes do Ministério Público Federal; da Receita Federal; do Banco Central; o economista Afonso Pastore; os ex-presidentes do Coaf Roberto Leonel e Antonio Gustavo Rodrigues; o presidente da UIF, Ricardo Lião; os ex-ministros Mailson da Nóbrega e Nelson Machado; o diretor de Compliance da Febraban, Rubens Sardenberg, e o diretor da Comissão de Prevenção a Fraudes da Febraban, Adriano Volpini.

As audiências públicas

foram marcadas para 24 de setembro, 25 de setembro e 1º de outubro.

— Acho que o objetivo de todos nós é que o Coaf continue forte, que ele funcione, que não tenha nenhum tipo de espetáculo para a mídia, mas que consiga combater a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, o contrabando de armas, o financiamento internacional do terrorismo e outras ilicitudes — declarou o deputado Reinhold Stephanes Junior.

Avança relatório de MP que muda órgãos da Presidência da República

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 886/2019 aprovou ontem o relatório preliminar sobre o texto, que altera a estrutura da Presidência da República. A MP agora vai à votação nos Plenários da Câmara e do Senado.

Entre outras mudanças, a MP 886/2019 transfere da Secretaria de Governo para a Casa Civil o Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) e altera o organograma da Casa Civil, que terá uma única secretaria para se relacionar com Câmara e Senado. Antes, havia duas estruturas.

O projeto de lei de conversão apresentado por Marcos Rogério (DEM-RO)

retirou da MP dispositivo que confirmava a vinculação do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) ao Ministério da Economia, porque a MP 893/2019, posterior, transferiu o Coaf para o Banco Central.

— Estamos retirando da MP 886 para que não haja tramitação injurídica, posto que norma posterior já modifica todo o objeto tratado na MP — explicou.

Dnit

O relator também acatou emenda de Davi Alcolumbre para que os indicados ao cargo de diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) voltem a ser sabatinados pelo Senado.



Senador Marcos Rogério, relator, ao lado da deputada Dra. Soraya Manato

Para Paim, venda de estatais não trará crescimento econômico

Paulo Paim (PT-RS) afirmou ontem que o governo não conseguirá a retomada da economia vendendo patrimônio público. De acordo com ele, o que impede a superação da crise é a incapacidade de o Estado fazer a máquina funcionar, gerada pela Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos públicos.

Preocupado com os Correios, Paim afirmou que “está mais do que na hora de o governo adotar outra postura e levar a sério medidas que assegurem a profissionalização da gestão das estatais, incluindo os Correios. Dessa forma, seria muito mais simples do que tentar privatizar”.

Izalci quer PMs e bombeiros na Previdência militar

Izalci Lucas (PSDB-DF) anunciou na segunda-feira ter pedido a relatoria da proposta que trata da Previdência dos militares (PL 1.645/2019). Ele disse que pretende incluir as polícias militares e os corpos de bombeiros na proposta. Para o senador, eles arriscam a vida pelos outros cidadãos e têm direito a tratamento diferenciado.

— Onde houver um incêndio, onde houver um acidente, onde houver desastres e catástrofes, lá estarão os nossos bombeiros militares, esses anjos que zelam pela vida.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre

Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia

Segundo-vice-presidente: Lasier Martins

Primeiro-secretário: Sérgio Petecão

Segundo-secretário: Eduardo Gomes

Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro

Quarto-secretário: Luis Carlos Heinze

Suplentes de secretário:

Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin

Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli

Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria

Coordenador-geral: Silvio Burle

Coordenação de Cobertura: Paola Lima

Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção

Serviço de Fotografia: Leonardo Sá

Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editora-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Sefraf)

Autonomia universitária está ameaçada, afirmam reitores

Programa Future-se, iniciativa do Ministério da Educação que permite a captação de recursos por meio de contratos com organizações sociais, foi alvo de críticas na Comissão de Educação e Cultura

REITORES DE UNIVERSIDADES federais criticaram ontem vários pontos do Programa Future-se, do Ministério da Educação. O programa permite às universidades públicas a captação de recursos privados por meio de contratos com organizações sociais, sem a necessidade de chamada pública. Entre as principais críticas feitas em audiência pública promovida pela Comissão de Educação (CE), estão a falta de clareza nas regras e a ameaça à autonomia das universidades.

— Há uma grande relativização, se não a agressão frontal, que o Future-se representa à autonomia universitária, embora se apresente como algo que iria melhorar nossa autonomia — disse o reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rui Oppermann.

Para o presidente do Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e de Pesquisa Científica e Tecnológica (Confies), Fernando Peregrino, na prática, as organizações sociais podem funcionar como cerceadoras da liberdade das universidades.

A reitora da Universidade de Brasília (UnB), Márcia Abrahão, apontou falta de clareza com

relação a vários pontos da minuta do projeto enviada pelo Ministério da Educação às universidades. Entre esses pontos, ela citou a dispensa de chamamento público para a adesão aos contratos de gestão, a falta de informações sobre o comitê gestor do programa e a previsão de que metas e indicadores de governança serão estabelecidos depois, por “ato do ministro da Educação”.

A reitora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Sandra Regina Almeida, afirmou que as universidades públicas não são a fonte da crise na economia do país, mas sim onde se pesquisa a solução. Ela expôs preocupações do conselho universitário quanto aos cortes de recursos.

Para a reitora da Universi-

dade Federal de São Carlos (UFSCar), Wanda Hoffmann, o projeto pode trazer vantagens, mas há riscos relevantes, como a ameaça à autonomia universitária. A reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Soraya Smaili, defendeu a aprovação da PEC 24/2019, em análise na Câmara. O texto propõe excluir dos limites das despesas primárias de cada instituição as que são financiadas por receita própria, de convênios ou doações. A reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Denise Carvalho, também defendeu a aprovação da proposta.

— A PEC 24 é fundamental para o funcionamento das universidades e para que haja um incentivo à captação de recursos — disse.



Audiência sobre o Future-se foi requerida por Veneziano Vital do Rêgo



Parecer de Dário foi aprovado em reunião que contou com Flávio Arns

Colegiado aprova semana pelo uso consciente da água

A Comissão de Educação aprovou ontem a criação da Semana Nacional do Uso Consciente da Água, a ser celebrada anualmente na semana do dia 22 de março, o Dia Mundial da Água. A medida consta do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 40/2017, que segue para análise do Plenário.

A proposta do deputado Luciano Ducci (PSB-PR) prevê a promoção em todo o país de palestras, debates, seminários, entre outros eventos, para esclarecer a população sobre a importância do uso consciente da água.

O texto foi relatado por Dário Berger (MDB-SC), que retirou a comemoração nas escolas públicas e privadas, em razão de implicações legais.

“Além de interferir nas diversas esferas da Federação —

federal, estadual e municipal —, tal iniciativa afrontaria norma constitucional, caso a sua implementação implicasse custos. Além disso, essa medida interferiria na rotina e no currículo escolares, exigindo, portanto, o envolvimento do setor educacional na sua discussão”, diz o relator.

O senador registrou que, apesar de o Brasil possuir 12% da água mundial, a distribuição espacial do recurso é bastante desigual no país.

“Em que pese a importância das políticas de gestão em relação aos recursos hídricos, se a população não estiver engajada, se o assunto não for debatido na sociedade, se verdadeiramente a economia e o uso racional da água não estiverem como prioridade na agenda de todos, em breve o país enfrentará crises cada vez mais sérias e graves”, justifica.

Comissão decide dar nome de pioneiro a trecho da BR-359

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 126/2018, que dá o nome de Rodovia Virgílio José Carneiro ao trecho da BR-359 entre os municípios de Coxim (MS) e Alcinópolis (MS).

A proposta, do deputado Dagoberto Nogueira (PDT-MS), homenageia Virgílio Carneiro, pioneiro na construção de uma estrada para ligar o estado de Mato Grosso

ao de Goiás, com a finalidade de escoar a produção agrícola da região.

O PLC foi relatado por Soraya Thronicke (PSL-MS).

— Tendo migrado, ainda jovem, de Goiás para Mato Grosso, onde casou e constituiu família, Virgílio logo percebeu as dificuldades de infraestrutura para escoamento da produção agrícola.

O projeto segue para votação em Plenário.

Vai a Plenário o Dia Nacional da Sukyo Mahikari

O dia 27 de fevereiro pode se tornar o Dia Nacional da Sukyo Mahikari. A Comissão de Educação aprovou ontem o PL 5.027/2019, da deputada Leandre (PV-PR), que institui a data.

A Sukyo Mahikari é uma organização religiosa sem fins lucrativos, que tem como base o respeito a princípios universais, a busca pela purificação espiritual, pela harmonia com

a natureza e com o próximo, e por atitudes que possibilitem a aproximação com Deus.

A data escolhida é o dia de nascimento do fundador da organização, o militar japonês Yoshikazu Okada, também conhecido como mestre Kotama Okada (esfera de luz).

A Sukyo Mahikari possui sede em mais de 75 países, com cerca de 1 milhão de membros ativos. No Brasil,

está presente em pelo menos 18 estados, de quase todas as regiões do país. Segundo a autora, “a prática dos ensinamentos da Mahikari contribui para a saúde, equilíbrio e prosperidade dos indivíduos, levando-os a uma felicidade profunda e indestrutível”.

O projeto foi relatado por Jorginho Mello (PL-SC). O senador pediu urgência para a votação do texto em Plenário.

Humberto: Thaméa não pode ser chefe da Lava Jato

Humberto Costa (PT-PE) afirmou ontem em Plenário que a redação de pedido de impeachment do ministro do STF Gilmar Mendes para terceiro, feita pela procuradora da República Thaméa Danelon, é ilegal e a impede de ser chefe da Lava Jato, como pretende o indicado a procurador-geral da República, Augusto Aras. Para o senador, ela tramou ação com o atual chefe da operação, Deltan Dallagnol.

— Ambos tramaram, como atestam as mensagens que trocaram pelo Telegram [reveladas pelo site The Intercept].



Waldevir Borreto/Agência Senado

Soraya critica pressa na votação de projeto eleitoral

Soraya Thronicke (PSL-MS) criticou ontem o PL 5.029/2019, que altera regras eleitorais. Ela se disse espantada com a urgência na tramitação de um projeto tão sensível. De acordo com a senadora, o projeto deveria tramitar em todas as comissões pertinentes à legislação eleitoral.

— Precisamos propiciar o debate suficiente na regular temporalidade da maturação das ideias, especialmente nos temas sensíveis ao sistema democrático, porque ao lado do povo desejamos um debate mais forte.



Waldevir Borreto/Agência Senado

Bezerra elogia pensão a crianças com microcefalia

Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) elogiou ontem a iniciativa de Jair Bolsonaro de instituir pensão vitalícia de um salário mínimo às crianças com microcefalia, quando a má formação tenha ligação com o Zika Vírus, e o nascimento tenha acontecido no período de crise — entre janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2018.

O senador explicou que as famílias que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) não poderão acumular os dois benefícios. A pensão deverá ser requerida no INSS e será concedida após perícia.



Waldevir Borreto/Agência Senado

Confúcio Moura defende Médicos pelo Brasil

Confúcio Moura (MDB-RO) comunicou ontem a leitura do relatório de sua autoria à Medida Provisória (MP) 890/2019, que cria o Programa Médicos pelo Brasil, que tem por objetivo prestar assistência aos brasileiros que vivem nas regiões mais pobres.

Será indispensável o registro no Conselho Regional de Medicina para todos os profissionais, inclusive para os estrangeiros e para os médicos brasileiros que se tenham formado em outros países.

— Temos apenas 6 mil médicos especializados em comunidades e família. É pouco para atender as demandas das comunidades distantes.

Diretor do Inpe caiu por perda de confiança, afirma Marcos Pontes

Ministro da Ciência e Tecnologia esteve em audiência na Comissão de Meio Ambiente para falar sobre a exoneração de Ricardo Galvão

O EX-DIRETOR DO Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Ricardo Galvão, foi exonerado por quebra de confiança. Foi o que afirmou ontem o ministro da Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes. Ele esteve na Comissão de Meio Ambiente (CMA) para explicar a crise que levou ao afastamento de Galvão.

Segundo o ministro, depois que dados do Inpe se tornaram o centro de um debate internacional sobre o desmatamento da Amazônia, Galvão tratou do assunto diretamente com



Presidente da comissão, senador Fabiano Contarato ouve Marcos Pontes

o presidente da República, Jair Bolsonaro, sem envolver o ministério. Isso gerou uma situação “desconfortável” para todos, de acordo com Pontes.

No início de agosto, o Inpe divulgou dados do Sistema de Detecção do Desmatamento na Amazônia Legal em Tempo

Real (Deter) relativos ao mês de julho, que indicavam um aumento de 278% nos alertas de risco de desmatamento na Amazônia em relação ao mesmo período do ano anterior.

O ministro disse que os dados do Deter não podem ser analisados pontualmente, a

partir de um único mês, porque interferências externas sobre a captação das imagens levam a variações já esperadas em determinadas épocas.

A crise no Inpe pode ter tido um lado positivo, na avaliação do ministro. A atenção extra sobre o órgão pode favorecer uma mobilização em prol das suas atividades. O instituto também desenvolve satélites para uso na agricultura, na segurança nacional e no monitoramento de desastres, e tem áreas de formação acadêmica.

— Podemos aproveitar para pensar em projetos que ajudem no desenvolvimento de outros setores do Inpe, e usar o Congresso para nos ajudar nos orçamentos, que têm sido muito apertados para manter nossas unidades de pesquisa.

Texto que amplia verba para pesquisas na Embrapa deve ir à Câmara

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, em primeiro turno, um projeto que inclui entre os recursos da Embrapa os oriundos do licenciamento para exploração comercial das tecnologias, dos produtos, dos serviços e dos direitos de uso da marca. O PLS 39/2017, de Alvaro Dias (Podemos-PR) também vincula a aplicação desses royalties ao fomento da atividade de pesquisa e desenvolvimento e facilita a transferência de tecnologia e o pagamento à Embrapa.

O senador lembrou que as mudanças vão garantir maior possibilidade de arrecadação à Embrapa sem aumentar a estrutura administrativa já existente e sem a necessidade



Alvaro quer aumentar as possibilidades de arrecadação da Embrapa

de criar uma nova empresa estatal para essa finalidade.

A relatora, Kátia Abreu (PDT-TO), apresentou um substitutivo para adequar o texto à Lei das Estatais (Lei 13.303, de 2016) e ao Marco Regulatório da Inovação (Lei 10.10.973, de 2004), modificado em 2016.

Uma das mudanças foi a troca do termo “licenciamento” por “contrato de transferência de tecnologia”. De acordo com a senadora, licenciamento diz respeito somente à transferência de tecnologia, produto ou serviços protegidos, e a Embrapa também faz o for-

necimento de tecnologia não protegida.

Outra mudança é a supressão do artigo que estabelecia dispensa de licitação para os contratos de transferência de tecnologia. O substitutivo também altera dispositivo que previa a aplicação integral dos recursos no fomento da atividade de pesquisa e desenvolvimento realizada pela Embrapa. Com a nova redação, os recursos não precisarão mais ser aplicados exclusivamente em atividades da empresa, mas em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação. O texto deve ser votado em turno suplementar. Se não houver recurso para a análise em Plenário, irá para a Câmara.

Nos 202 anos de Alagoas, Rodrigo Cunha pede um “parto social”

O senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) registrou na segunda-feira os 202 anos de emancipação política de Alagoas.

Para ele, apesar de ser um momento comemorativo, é preciso registrar que os indicadores sociais do estado são “os piores possíveis”, com um terço da população (1 milhão de pessoas) abaixo da linha da pobreza.

— Mais do que de um novo pacto social, o que de fato precisamos é provocar um verdadeiro “parto social”, ou seja, que outra Alagoas possa renascer, que o estado possa ressurgir com nova energia.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Heinze defende limite remuneratório de servidores públicos

Luis Carlos Heinze (PP-RS) pediu na segunda-feira que o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, coloque em votação o Projeto de Lei (PL) 674/2019, que regula o limite remuneratório dos servidores e membros dos três Poderes, nos níveis federal, estadual e municipal.

Pela proposta, nenhum servidor poderá ganhar mais que o teto de R\$ 39,2 mil (remuneração do ministro do Supremo Tribunal Federal), incluindo vencimentos, abonos, subsídios, soldos, salários, verbas de representação, auxílios, prêmios, gratificações e outras parcelas.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Telmário acusa Polícia Federal do Amazonas de ser arbitrária

Telmário Mota (Pros-RR) acusou ontem o superintendente da Polícia Federal do Amazonas de cometer abusos na fiscalização de cargas de madeira. Segundo o senador, os policiais sob seu comando têm solicitado aos caminhoneiros documentos que não estão previstos, com a finalidade de reter a madeira.

Telmário afirmou que a conduta é muito suspeita e que ele pode estar agindo influenciado pela “onda midiática de pseudoproteção da Amazônia”, ou então, por motivos pessoais, que seria o recebimento de propina pela carga apreendida.



Waldemir Brito/Agência Senado

Plínio Valério quer CPI para investigar ONGs na Amazônia

Plínio Valério (PSDB-AM) pediu ontem a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar a atuação de organizações não governamentais na Amazônia.

O senador disse que muitas instituições arrecadam dinheiro no exterior com o discurso de investir na preservação da floresta, mas, na verdade, o utilizam para bens próprios.

— A ONG Opção Verde tem desviado o dinheiro para a compra de terras do município de Coari [AM], onde fica a maior reserva terrestre de petróleo e gás natural do país — acusou Plínio.



Waldemir Brito/Agência Senado

Avança texto para sustentabilidade em programa habitacional

O Programa Minha Casa, Minha Vida deve ter como diretriz o uso de tecnologias, padrões de construção e sistemas operacionais que visem a redução dos impactos ambientais, a economia dos recursos naturais e a conservação e o uso racional da energia. Isso é o que prevê projeto (PLS 253/2016) aprovado ontem na Comissão de Infraestrutura (CI) em turno suplementar. Caso não haja recurso em Plenário, a proposta segue para a Câmara dos Deputados.

O texto aprovado foi um substitutivo do relator, Eduardo Braga (MDB-AM). Além do Minha Casa, Minha Vida (Lei 11.977, de 2009), o projeto altera a Lei de Licitações (Lei 8.666, de 1993) para que a construção, a reforma, a compra e a locação de imóveis a serem usados pela administração pública, direta ou indireta, sigam as mesmas diretrizes do programa habitacional.

Transporte

A CI também aprovou o parecer de Carlos Viana (PSD-MG) ao PLC 153/2015, que possibilita a emissão de segunda via do bilhete da passagem no transporte coletivo rodoviário interestadual ou internacional. O projeto segue para a análise da Comissão de Transparência, Fiscalização e Controle (CTFC). Também foi aprovado o PLC 61/2013, que institui a Estrada-Parque Caminho do Colono, no Parque Nacional do Iguaçu (PR). O parecer de Elmano Férrer (Podemos-PI) foi favorável ao projeto, que segue para a Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Presidente da CI, Marcos Rogério (DEM-RO) apresentou e a comissão aprovou requerimento para que a Petrobras e a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) compareçam ao colegiado para debater a recente crise mundial do setor. Para ele, os convidados devem analisar as consequências econômicas e as ações tomadas no Brasil por conta dos ataques a instalações petrolíferas na Arábia Saudita. Também a pedido do senador, a CI vai conduzir uma diligência em Rondônia para verificar procedimentos da empresa Energisa, “e averiguar eventuais irregularidades na troca de relógios medidores do consumo de energia elétrica”.